



CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

EDINEIDE ARAÚJO DA SILVA; GRACIELI ALVES DE SOUZA TEDESCO; JULIANA SOUSA RIBEIRO FREITAS; LUCIMAR ALMEIDA COSTA SOUZA; MARIA MADALENA RAMOS

RESUMO

A Educação a Distância (EaD) tem ampliado o acesso ao ensino no Brasil, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social, moradores de áreas remotas e pessoas com deficiência. No entanto, garantir acesso não é suficiente para assegurar uma aprendizagem efetiva. É necessário promover práticas pedagógicas inclusivas e formar docentes preparados para atuar em ambientes digitais acessíveis. Este trabalho teve como objetivo analisar a importância da capacitação docente para a efetivação da educação inclusiva na modalidade a distância, com ênfase no uso de Tecnologias Assistivas e em práticas pedagógicas voltadas à diversidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e documental. Foram analisadas produções acadêmicas nacionais publicadas entre 2011 e 2025, bem como documentos institucionais e políticas públicas voltadas à acessibilidade. Os dados foram organizados por categorias temáticas, permitindo identificar os principais desafios e avanços na formação docente para EaD inclusiva. Os resultados evidenciam que a capacitação contínua e o apoio institucional são fatores determinantes para a inclusão efetiva no ensino remoto. Além disso, verificou-se que muitos professores ainda carecem de domínio sobre o uso pedagógico de tecnologias assistivas, o que limita a participação dos estudantes com deficiência. A falta de políticas institucionais claras, infraestrutura adequada e valorização profissional também aparece como barreira à prática inclusiva. Conclui-se que a educação inclusiva na EaD depende diretamente da qualificação docente, do compromisso das instituições e da criação de ambientes digitais acessíveis e acolhedores. Embora os estudos tenham se baseado em análise teórica, eles apontam caminhos para futuras investigações práticas e reforça a urgência de ações que integram tecnologia, pedagogia e equidade no contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: Acessibilidade digital; Tecnologias Assistivas; Formação Continuada

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os debates sobre a educação inclusiva têm ganhado destaque no cenário educacional brasileiro, impulsionados pela necessidade de garantir equidade e respeito à diversidade nos processos de ensino-aprendizagem. No contexto contemporâneo, a Educação a distância (EaD) surge como uma alternativa viável e estratégica para ampliar o acesso à escolarização, sobretudo para grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência. Entretanto, a simples ampliação do acesso não assegura a inclusão efetiva, é necessário que haja permanência, participação ativa e aprendizagem significativa para todos os estudantes.

A associação entre EaD e educação inclusiva exige uma reconfiguração das práticas pedagógicas, estruturadas por meio de metodologias acessíveis e tecnológicas, bem como pela atuação de docentes capacitados. Oliveira (2022) salienta que a integração de tecnologias assistivas ao processo pedagógico promove autonomia e participação efetiva de alunos com deficiência, ao passo que Silva e Martins (2022) enfatizam a necessidade de uma mediação

dialógica que considere as múltiplas dimensões humanas e digitais. Ainda assim, o cenário nacional revela os desafios importantes relacionados à formação docente, políticas institucionais, infraestrutura e resistência cultural, fatores que impactam diretamente a consolidação de uma EaD verdadeiramente inclusiva (Souza, 2024).

Autores como Figueiredo (2011) e Zuliani e Berghauser (2017) defendem que a qualificação contínua do corpo docente é elemento central para a eficácia das práticas inclusivas, sobretudo no uso intencional e planejado das tecnologias digitais. Além disso, a presença de políticas públicas e o comprometimento das instituições de ensino com a inclusão são apontadas como aspectos estruturantes de um modelo educativo mais equitativo e justo. Neste cenário, torna-se imprescindível investigar de que forma os docentes da modalidade Ead estão sendo preparados para atender às demandas da educação inclusiva, considerando as exigências legais, tecnológicas e pedagógicas da atualidade.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral analisar a importância da capacitação docente para a efetivação da educação inclusiva na modalidade a distância, com ênfase no uso de Tecnologias Assistivas e em práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de estudantes com deficiência.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e documental. O estudo foi desenvolvido entre junho e julho de 2025, a partir da análise de artigos científicos, legislações educacionais e publicações acadêmicas que discutem a capacitação docente para a inclusão na Educação a Distância.

Foram utilizados como fontes revistas científicas nacionais com avaliação Qualis, além de documentos institucionais e políticas públicas voltadas à acessibilidade e formação docente. A seleção dos materiais considerou critérios como atualidade, relevância temática e credibilidade das fontes.

A organização e interpretação dos dados permitiram a identificação de aspectos centrais relacionado à formação continuada, ao uso de tecnologias assistivas e às práticas pedagógicas inclusivas no contexto da EaD.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação inclusiva, quando associada à modalidade a distância (Ead), assume um papel crucial na democratização do ensino, possibilitando o acesso de sujeitos historicamente marginalizados. Entretanto, garantir a presença de todos em ambientes virtuais não basta, é necessário assegurar participação ativa, permanência e aprendizagem significativa. Oliveira (2022) ressalta que as Tecnologias Assistivas, quando integradas de forma pedagógica, possibilitam autonomia para estudantes com deficiência. Complementarmente, Silva e Martins (2022) afirmam que a inclusão em ensino a distância exige uma mediação dialógica que considere as múltiplas dimensões humanas e tecnológicas da aprendizagem.

A educação a distância apresenta como diferencial a flexibilidade de tempo e espaço, permitindo que estudantes com mobilidade reduzida, moradores de áreas remotas ou com realidades específicas possam se integrar ao processo educativo. Contudo, essa potencialidade só se concretiza mediante políticas institucionais voltadas à acessibilidade, formação continuada de professores e metodologias adequadas ao contexto inclusivo. Assim, compreender o papel do docente nesse processo é fundamental para a efetivação de uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva.

O professor que atua na educação a distância inclusiva deve dominar não apenas ferramentas digitais, mas também possuir uma base sólida em pedagogia e ética educacional. Figueiredo (2011) ressalta que a formação docente precisa ir além da técnica, sendo pautada em uma reflexão crítica sobre a prática e ancorada no coletivo. No Brasil, muitos tutores e

mediadores ainda operam as plataformas digitais sem pleno conhecimento das funcionalidades inclusivas, como leitores de tela e legendas, o que prejudica a prática pedagógica. Souza (2024) defende que a formação docente em EaD deve estar alinhada ao modelo TPACK, no qual saberes tecnológicos, pedagógicos e de conteúdo se integram de maneira orgânica ao ensino.

Reis e Coutinho (2025) comprovam, por meio de uma pesquisa aplicada, que quando os docentes recebem formação estruturada e apoio institucional, há um aumento significativo no uso de práticas inclusivas digitalmente mediadas. Esses achados revelam a importância de programas de capacitação contínua que aliem vivência prática, acesso a matérias e suporte institucional permanente, assegurando um ensino coerente com os princípios da inclusão.

As tecnologias Assistivas (TAs) são elementos centrais no processo de inclusão em EaD, pois possibilitam acesso a participação dos estudantes com deficiência. Zuliani e Berghauser (2017) afirmam que tais tecnologias promovem a entrada e permanência desses alunos no ambiente educacional, desde que utilizadas de forma significativa. Oliveira (2022), por sua vez, destaca que o uso das TAs deve estar alinhado ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição para que produzam impacto real na aprendizagem.

Apesar dos benefícios, o uso das TAs ainda enfrenta limitações práticas. Barreiras estruturais, como a falta de formação docente específica, a carência de recursos tecnológicos e a inexistência de planejamento institucional inclusivo, comprometem a implementação eficaz dessas tecnologias (Souza, 2024). Isso demonstra que não basta adquirir softwares ou ferramentas, é preciso garantir um ecossistema educativo que favoreça a sua utilização pedagógica.

Os desafios enfrentados pelos docentes em EaD também envolvem fatores estruturais e culturais. Souza (2024) aponta que, embora haja avanços legislativos, a distância entre os formuladores de políticas públicas e a prática cotidiana ainda é significativa. Soma-se a isso a resistência cultural de produzir modelos tradicionais de ensino presencial no ambiente digital, sem a devida adaptação metodológica, o que fragiliza a proposta pedagógica.

Para promover a inclusão de fato, é essencial que os professores adotem metodologias pedagógicas que dialoguem com a diversidade. Estratégias como sala de aula invertida, gamificação, projetos interdisciplinares e avaliações formativas adaptadas são alternativas eficazes. A avaliação, nesse contexto, deve respeitar as particularidades de cada estudante. Instrumentos padronizados tendem a excluir aqueles que não se enquadram nas formas convencionais de responder ou produzir conhecimento. Assim, é necessário repensar os critérios avaliativos, promovendo um olhar mais sensível às especificidades individuais e valorizando a trajetória e o esforço dos estudantes, e não apenas o produto final.

O papel das instituições é determinante na consolidação da EaD inclusiva. As universidades e centro de ensino devem investir na infraestrutura e na contratação de equipes multiprofissionais, além de garantir políticas que sustentem as práticas inclusivas a longo prazo. Souza (2024) enfatiza que, mesmo com políticas públicas avançadas, como a Política Nacional de Tecnologia Assistiva, muitas instituições ainda carecem de mecanismos para viabilizar sua implementação prática.

Uma referência positiva no cenário nacional é o Instituto Rodrigo Mendes, que desenvolve projetos, formações e pesquisas voltadas à educação inclusiva, impactando diretamente professores da rede pública e privada. Além disso, a inserção de ações inclusivas no planejamento institucional, é fundamental para que a EaD não seja apenas alternativa de acesso, mas espaço legítimo de aprendizagem e cidadania.

Essas experiências demonstram que é possível construir uma Educação a distância verdadeiramente inclusiva, desde que haja vontade política, planejamento pedagógico e investimento técnico. Quando as práticas são planejadas em conjunto com os alunos e suas realidades, os resultados se tornam visíveis e duradouros.

Por fim, o futuro da capacitação docente para a educação inclusiva na EaD passa pela

incorporação de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, ambientes imersivos e sistemas adaptativos de aprendizagem. Sacramento (2024) destaca que essas ferramentas devem ser vistas não como substitutas da ação docente, mas como aliadas que ampliam a mediação e favorecem a personalização do ensino. No entanto, alerta para a necessidade de formação crítica e ética, evitando a tecnocracia e priorizando a humanização do processo educativo.

A consolidação de uma cultura institucional inclusiva requer mais do que tecnologias, é preciso compromisso político, financiamento contínuo, valorização profissional e ações intersetoriais. A EaD pode e deve ser um ambiente de inclusão, transformação e equidade, mas isso só será possível se os docentes forem devidamente preparados, valorizados e reconhecidos como agentes centrais do processo educativo.

4 CONCLUSÃO

A capacitação docente para a educação inclusiva na modalidade a distância mostrou-se fundamental para que a EaD seja, de fato, um instrumento de democratização de ensino. A pesquisa evidenciou que, embora o ensino remoto amplie o acesso, sua qualidade e efetividade inclusiva ainda dependem fortemente da preparação pedagógica dos profissionais envolvidos.

A formação docente, quando estruturada de forma contínuas, crítica e alinhada ao uso significativo das Tecnologias Assistivas, fortalece práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas. Contudo, a realidade brasileira ainda apresenta desafios estruturais e culturais, como a escassez de políticas institucionais voltadas à acessibilidade, a resistência à adaptação metodológica e a ausência de suporte técnico adequado.

A atuação dos docentes, portanto, deve ser sustentada por instituições comprometidas com a inclusão, que invistam em infraestrutura, formação e valorização profissional. A educação inclusiva na EaD exige mais que ferramentas tecnológicas, requer sensibilidade, planejamento e articulação intersetorial.

Como limitação, o estudo baseou-se predominantemente em análise bibliográfica e documental. Para aprofundar o debate, futuras pesquisas podem explorar estudos de caso, entrevistas com docentes e análises de práticas pedagógicas em diferentes contextos educacionais.

Dessa forma, conclui-se que a efetivação de uma EaD inclusiva depende diretamente da capacitação docente, do compromisso institucional e do uso consciente das tecnologias como ferramentas de promoção da equidade e da justiça social.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Fabiana. Formação continuada docente na perspectiva da educação inclusiva. *Revista de Educação Especial*, Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 55-70, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3316>. Acesso em: 7 jul. 2025.

OLIVEIRA, Maria Cristina de. O uso de tecnologias assistivas para o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência. *REBENA – Revista Brasileira de Educação e Novas Abordagens*, [S. l.], v. 4, 2022. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/43>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SACRAMENTO, Jaison da Silva. Tecnologia da educação inclusiva: desafios e transformações na recriação do modelo educativo. *Revista Acadêmica Online*, [S. l.], v. 10, n. 53, p. e312, 2024. DOI: 10.36238/2359-5787.2024.v10n53.312. Disponível em: <https://www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/312>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SILVA, Marília Rodrigues da; MARTINS, Olivete Aparecida da Silva. Inclusão escolar e a tecnologia assistiva: caminhos que facilitam a aprendizagem. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, [S. l.], v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.ufr.br/rep/article/view/7359>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SOUZA, Elen Tatiane de. Tecnologias assistivas na educação superior: revisão sobre formação docente e práticas inclusivas. Revista Foco, [S. l.], v. 17, n. 9, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6063>. Acesso em: 6 jul. 2025.

ZULIANI, Maria Luciana da Silva; BERGHAUSER, Neusa Aparecida Corder. Tecnologias assistivas na educação inclusiva. RECiT – Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia, [S. l.], v. 8, n. 22, 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit/article/view/e-5197>. Acesso em: 5 jul. 2025.